

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER N.º 221-2023

PROCESSO 172-2023

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TOTEM INDICATIVO PARA INSTALAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS. LEI Nº 14.133/2021. CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE.

Trata-se de processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

A solicitação da contratação é oriunda da Secretaria da Indústria, Comércio e Empreendimentos, por meio do Memorando Interno nº 187/2023, datado de 29/06/2023, dando conta da necessidade da contratação de empresa especializada para fornecimento de Totem Indicativo para instalação nas dependências da Secretaria de Indústria, Comércio e Empreendimentos.

Constam em anexo aos Autos do Processo nº 172/2023 os seguintes documentos:

- Memorando Interno nº 187/2023, da Secretaria de Indústria, Comércio e Empreendimentos, datado de 29/06/2023, dando conta da necessidade e solicitação da contratação;
- Documento de Formalização de Demanda, onde estão explanadas as características, necessidades e justificativa da contratação;
- Proposta/Orçamento da empresa TAYLOR BILIARDI, inscrita no CNPJ nº 34.021.144/0001-46, no valor de R\$ 2.780,00;
- Proposta/Orçamento da empresa INDÚSTRIA DE TOLDOS FRANÇA, inscrita no CNPJ nº 18.451.452/0001-55, no valor de R\$ 3.320,00;
- Proposta/Orçamento da empresa PAULO CESAR DOS SANTOS BARBOSA, inscrita no CNPJ nº 12.688.272/0001-05, no valor de R\$ 3.500,00.

O objetivo é a contratação da empresa TAYLOR BILIARDI, inscrita no CNPJ nº 34.021.144/0001-46, no valor de R\$ 2.780,00, para fornecimento do equipamento, constando dos Autos sua documentação de habilitação, a qual cumpre os requisitos legais.

É o breve relatório.

Vieram os autos para exame e parecer.

Com efeito, nos termos do artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

No que tange à contratação pretendida, a Lei nº 14.133/2021 prevê a hipótese de Contratação Direta, na modalidade de Dispensa de Licitação, limitado ao valor de R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos).

Não vieram aos Autos informações sobre impossibilidade da aquisição por falta de limite para dispensa de licitação.

Neste sentido, não há o que opor, sob o aspecto jurídico.

Além da previsão do contido no artigo 75, II, da Lei 14.133/2021, é obrigatório o cumprimento de outros requisitos legais, nos termos do artigo 72 da citada Lei de Licitações.

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Analizados os documentos constantes no processo de contratação nº 049-2023, constata-se que houve o cumprimento dos requisitos legais e obrigatórios.

Consta nos autos documento de formalização da demanda que discrimina o objeto

da contratação almejada, atendendo o disposto no artigo 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Houve estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021 (artigo 72, inciso II), estando este, por conseguinte, justificado (art. 72, inciso VII), constando dos Autos a Reserva de Dotação orçamentária no Projeto/Atividade 2025 (Sala do Empreendedor), Despesa 4.4.90.52 (Equipamentos e Material Permanente), Recurso 1 (Recurso Livre), FR 500 (Não vinculados de impostos).

O documento (Reserva de Dotação Orçamentária) demonstra a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (artigo 72, inciso IV), bem como os documentos do futuro contratado (orçamento, documentos de habilitação e certidão de regularidade fiscal), ora anexados, comprovam que o particular preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária nos termos do artigo 72, inciso V, da Lei 14.133.

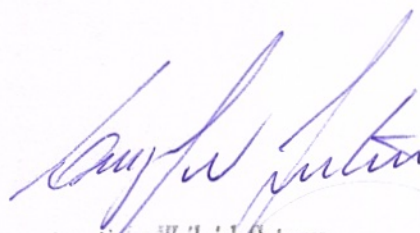
A razão da escolha do futuro contrato está pautada em critério objetivo, qual seja melhor preço e devida habilitação técnica, estando assim atendido o pressuposto do artigo 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, conforme declaração expressa da Secretaria solicitante, contida nos Autos.

Em face do exposto, sob o aspecto jurídico, opina-se pela legalidade da contratação direta, nos termos do artigo 72 e artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Opina-se, outrossim, pela remessa dos autos à autoridade competente para promover a autorização da contratação, nos termos do artigo 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Este é, salvo o melhor juízo, o PARECER que submetemos à consideração superior.

Ibirubá-RS, 14 de julho de 2023.



Felipe Waihrich Guterres
Assessor Jurídico
OAB/RS nº 86.826